

caprichos nos revelam — porque são nossos ossos.

8 JAN 1987

ASS

JORNAL DO BRASIL

# A Constituinte da incerteza

PAG 11

Paulo Kramer

**S**ERÁ que o capitalismo e as instituições liberais têm alguma chance de ser levados a sério na futura Constituição? Todos os que se preocupam com isso, convencidos de que a economia de mercado e a democracia liberal são as melhores ferramentas para promover o crescimento econômico, o bem-estar social e a estabilidade política, há tempos se esforçam por adivinhar qual será o comportamento da nova safra de deputados e senadores, sobretudo face ao capítulo "Da Ordem Econômica e Social". Tarefa complicada! Não que o inédito percentual de renovação (65,5% dos eleitos em primeiro mandato) tenha modificado substancialmente a composição social do Congresso, já que aquilo que a esquerda chama de classe dominante mantém uma participação esmagadoramente majoritária: 80 empresários, 40 fazendeiros, 171 advogados, 47 engenheiros, 24 economistas e 11 administradores, contra apenas seis líderes trabalhistas, dentro de um total de 559 parlamentares.

Também no front ideológico não ocorreu qualquer virada rumo aos extremos. Menos de 10% dos congressistas (52 ao todo) se consideram "de esquerda"; na outra ponta do espectro ideológico, um número pouco maior (69 ou 12,3%) confessa com orgulho o seu direitismo. Se há algo digno de espanto é o monumental contingente dos que se identificam com o centro (181 centristas "puros", acompanhados de 131 colegas de centro-direita e de outros 126 de centro-esquerda).

O problema é que esse predomínio de posições declaradamente moderadas resulta da crônica falta de nitidez político-ideológica dos partidos brasileiros, e não de genuína identificação com um processo de mudanças pacíficas, calcado na liberdade de produzir como fonte de riqueza coletiva, no controle da sociedade sobre os demandos da burocracia estatal, numa parceria vantajosa com a tecnologia e o capital estrangeiros e na correção dos desvios anti-sociais da propriedade privada (o caso mais gritante é o da questão agrária).

Segundo Simon Schwartzman, a dimensão representativa dos mandatos parlamentares no Brasil sempre foi solapada pelo vasto poder de cooptação de um Executivo pronto a recompensar seus aliados com prebendas ou punir seus desafetos com retaliações burocráticas, com a conta sendo invariavelmente paga pelo contribuinte-eleitor. Por isso, a atuação dos representantes eleitos nos diversos níveis tende sempre a reforçar a ingerência do Estado na vida dos cidadãos, ao invés de limitá-la. As conseqüências desse fato são reafirmadas pela origem social dos nossos políticos de ontem e de hoje. Se esmiuçarmos as biografias de quem concorre às eleições neste país desde o Império, comprovaremos que o típico parlamentar brasileiro é um homem rico; mas sua riqueza raramente deriva de um processo capitalista de acumulação: ela provém de duas fontes tradicionais — a propriedade rural extensiva e o acúmulo de empregos públicos, freqüentemente os dois ao mesmo tempo. Por

motivos demasiado complexos para serem discutidos aqui, essa tendência não foi abalada pelo surto de urbanização e industrialização que tomou conta do Brasil pós-30, e é bem nítida no novo Congresso-Constituinte, em que pese o expressivo número de empresários urbanos recém-eleitos. Uma grande novidade, sem dúvida, mas que apenas dramatiza o abismo entre os políticos tradicionais e a nova elite de homens de negócios. (A mesma sensação de hostilidade está por trás da enxurrada de votos nulos e brancos com que a população retribuiu o escândalo da ausência remunerada e os sucessivos "trêns da alegria".)

Por terem suas vidas resguardadas dos riscos e oportunidades do mercado, nossos políticos se dão ao luxo de guiar na contramão da História contemporânea, exibindo freqüentemente atitudes anti-capitalistas e xenófobas. Está bem fresca na memória a aprovação unânime da atual Câmara dos Deputados, considerada conservadora, ao projeto do DIAP que estabelece a jornada de 40 horas semanais para todos os trabalhadores, sem levar em conta as especificidades de cada categoria (se o Senado confirmar a votação da Câmara, o comércio deixará de funcionar aos sábados, em prejuízo de quem só conta com esse dia para as suas compras). E quem não se lembra do clima de carnaval nacionalista que cercou a aprovação da Lei de Informática, quando um reacionário de quatro costados como o coronel Virgílio Távora deu o braço à esquerdista Cristina Tavares?

Ninguém se surpreenda se os prognósticos de uma Constituinte conservadora, que até bem pouco tempo atrás tranquilizavam os empresários e tiravam o sono da esquerda, desembocarem em resultados perfeitamente inversos. Isso já aconteceu com o projeto da comissão Afonso Arinos, que, atacada inicialmente por ser uma iniciativa elitista sob o comando de um prócer conservador, acabou produzindo um texto estatizante, cheio de cacocharias esquerdistas e preconceitos contra o capital estrangeiro, e desagradando do PCB ao presidente Sarney.

Uma Constituinte de perfil conservador não necessariamente repelirá projetos caros à esquerda. Exemplo disso seria uma proposta de reserva de mercado de terras para latifundiários brasileiros, em torno da qual a UDR teria boas chances de mobilizar o nacionalismo da minoria progressista. Em troca, os donos do boi gordo poderiam encampar a tese da moratória, num jogo de cena que atrairia simpatias à estigmatizada UDR, sem grandes custos para quem, seguro do esplêndido isolamento de seu feudo, dificilmente sentiria na carne as conseqüências da represália dos credores externos (colapso das importações e exportações, desemprego, fome). Se este exercício de *political fiction* for contestado pela prática adotada a partir de 1º de fevereiro e prevalecer o espírito público de cada um dos constituintes, melhor para o Brasil.

Paulo Kramer é professor da UFF e consultor de empresas em análise de risco político